

CONTRATO CEDAE N.º 145/2019 (DRM)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **JOSÉ RUBENS DO CARMELO DE BRITO FIGUEIREDO TRANSPORTADORA ME.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA e seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **JOSÉ RUBENS DO CARMELO DE BRITO FIGUEIREDO TRANSPORTADORA ME**, localizada na Rua Edmundo Lins., Quadra 17, Lote 01, Rio do Limão, Araruama - RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.311.210/0001-09, neste ato por meio de seu titular ao final assinado, Sr. JOSÉ RUBENS DO CARMELO DE BRITO FIGUEIREDO, brasileiro, portador da cédula de identidade n.º 05062854-4 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob n.º 391.208.727-04, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.595/2017 (volumes 01 a 03)**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 319/2019**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/12/79, pelo Decreto Estadual n.º 3.149/80, Lei Complementar 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a executar, para a CEDAE, **"SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, ATRAVÉS DE CAMINHÃO PIPA, COM TANQUES COM CAPACIDADES DE 10.000 E 20.000 LITROS, PARA AS GERÊNCIAS REGIONAIS DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO METROPOLITANA-DM"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico n.º 319/2019, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela CEDAE e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

DISCRIÇÃO	QUANT. TOTAL DE HORAS (H)
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 10.000L motor diesel inclusive motorista. Hora produtiva – 19.004.0021-2	33.264
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 10.000L motor diesel inclusive motorista. Hora facultativa – 19.004.0021-3	5702,4
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 10.000L motor diesel inclusive motorista. Hora improdutivo – 19.004.0021-4	8.553,6
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 20.000L motor diesel inclusive motorista. Hora produtiva – 19.004.0023-2	11.088
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 20.000L motor diesel inclusive motorista. Hora facultativa – 19.004.0023-3	3.801,6
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 20.000L motor diesel inclusive motorista. Hora improdutivo – 19.004.0023-4	950,4

*TABELA DE TALHADA DE PREÇOS E SERVIÇOS AUTUADA ÀS FLS. 713/714.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato: fornecer à **CONTRATADAS** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho designando preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - A **CEDAE**, face ao parágrafo 2º do artigo 71 da lei nº 8.666/93 alterada pelo Art. 4º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95, exigirá da **CONTRATADA**, quando da quitação da fatura ou nota fiscal da etapa da prestação dos serviços, cópia autenticada da guia de recolhimento dos encargos previdenciários - GRPS quitada, comprovante do depósito do FGTS e respectiva folha de pagamento dos serviços realizados na etapa faturada. A não apresentação dos documentos acima referidos importará, até que tal ocorra, na retenção do pagamento da fatura considerada.

Parágrafo Terceiro - Para efeito da cláusula anterior, a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do art. 31 da Lei nº 8.212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95.

Parágrafo Quarto - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Nono - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava.

Parágrafo Décimo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Décimo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os **postos de trabalho** com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

- I - De cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - De duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);

III - De quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);

IV - Mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

Parágrafo Décimo Segundo - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato,

Parágrafo Décimo Terceiro - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Décimo Quarto - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo Quinto - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Sexto - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Sétimo - A **CONTRATADA** deverá ainda:

a) Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

b) Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

d) Observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;

e) Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

f) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CEDAE, aos usuários ou terceiros.

g) Prestar os serviços nos endereços constantes no Termo de Referência – Anexo VI do edital de licitação,

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Fonte: 10

Código Orçamentário: 33903913

Programa de Trabalho: 1200226064

Conta Contábil: 411110312

Centro de Custos: DM00010000, DM00020000, DM00030000, DM00040000, DM00050000, DM00060000

ID da Reserva Orçamentária: 2019000874

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 6.499.959,84 (seis milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

DISCRICÃO	QUANT. TOTAL DE HORAS (H)	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 10.000L motor diesel inclusive motorista. Hora produtiva – 19.004.0021-2	33.264	122,37	4.070,515,68
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 10.000L motor diesel inclusive motorista. Hora facultativa – 19.004.0021-3	5702,4	49,1	279.987,84
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 10.000L motor diesel inclusive motorista. Hora improdutivo – 19.004.0021-4	8.553,6	40,25	344.282,40
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 20.000L motor diesel inclusive motorista. Hora produtiva – 19.004.0023-2	11.088	145,91	1.617.850,08
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 20.000L motor diesel inclusive motorista. Hora facultativa – 19.004.0023-3	3.801,6	40,5	153.964,80
Aluguel de caminhão tanque, c/ capacidade de 20.000L motor diesel inclusive motorista. Hora improdutivo – 19.004.0023-4	950,4	35,1	33.359,04
VALOR TOTAL GERAL			6.499.959,84

*TABELA DE TALHADA DE PREÇOS E SERVIÇOS AUTUADA ÀS FLS. 713/714.

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, lucros, mão de obra, despesas acessórias, tais como materiais, equipamentos, uniformes, seguro, manutenção, reposição de veículo/peças e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

Parágrafo Terceiro - Caberá à **CONTRATADA**, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

Parágrafo Quarto - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

Parágrafo Quinto - Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

Parágrafo Sexto - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

Parágrafo Sétimo - Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

Parágrafo Oitavo - Quanto ao preço dos demais insumos, somente será analisada a concessão do reajustamento do contrato, caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - I_o}{I_o} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês de reajustamento

I_o = INPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

Parágrafo Nono - Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.

Parágrafo Décimo - O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.

Parágrafo Décimo Primeiro - O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

Parágrafo Décimo Segundo - Caso o INPC do mês de da apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do I_o o índice do mês imediatamente anterior.

Parágrafo Décimo Terceiro - O prazo decadencial convencionado para a CONTRATADA solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na CEDAE, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) Provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da CEDAE.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à CEDAE juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da CEDAE, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da CEDAE encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da CEDAE quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela CEDAE poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) Definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2 - De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a CEDAE possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 - No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à CEDAE a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação dos serviços contratados.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo oitavo da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, as seguintes comprovações:

- a) Pagamento das verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento;
- b) Pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

Parágrafo Quarto - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos Parágrafos Terceiro e Quarto ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Sexto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sétimo - No caso do parágrafo sexto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de

aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 12 (doze) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela CONTRATADA no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VIII deste edital.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela CEDAE a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela CEDAE à CONTRATADA somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato referente ao mês anterior à data do pagamento, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação desta.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação de comprovante de recolhimento mensal ao FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos relativos à mão de obra empregada no contrato, previstos no Parágrafo Terceiro da cláusula oitava desta Minuta de Contrato.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos terceiro e quarto, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo décimo primeiro da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão; a sub-rogação; a subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização escrita da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da CEDAE (Art. 79, inciso I) sem que caiba à CONTRATADA, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, ficando suspenso do Cadastro de Fornecedores da CEDAE por um período de até 5 (cinco) anos sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da CEDAE.

a) A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) Deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) Não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) Será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

- a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

- a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
 - b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.
- c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do Parágrafo Primeiro desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a CEDAE, enquanto os penalizados com a declaração de

inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do Parágrafo Primeiro desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

Parágrafo Décimo Quinto - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CEDAE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CEDAE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo Primeiro - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Segundo - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link: www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados o Sr. JACKSON RAIMUNDO MACHADO, brasileiro, químico, portador da cédula de identidade nº 08.413.121.8, inscrito no CPF sob o nº 009.414.327-77, Registrado no CRQ III sob o nº 032.128-67 residente e domiciliado na Rua João Pinheiro, nº 622, Apt. 201, Piedade, Rio de Janeiro - RJ, que fica autorizado a representá-la, perante a CEDAE, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da CEDAE, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - 319/2019 - **ADPR-30** (Processo E-07/100.595/2017) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019.

Pela **CEDAE**:


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente
JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


JOSÉ RUBENS DO CARMELO DE BRITO FIGUEIREDO
Titular

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref.- Contr-JOSÉ-RUBENS-DO-CARMELO-serviço-de-transporte-de-água-potável-atraves-de-caminhão-pipa-PE-319-2019-VBO

ANEXO I
ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS)



1. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

1.1. Das disposições gerais

1.1.1 - Fica estabelecido entre as partes o presente Acordo de Nível de Serviços – ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.

1.1.2 - A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de desconto sobre o valor do serviço.

1.1.3 - As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

1.1.4 - A CEDAE poderá alterar os procedimentos e metodologia de avaliação durante a execução contratual, por escrito, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

1.2. Do escopo do serviço

1.2.1 - Contratação de "SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, ATRAVÉS DE CAMINHÃO PIPA, COM TANQUES COM CAPACIDADE DE 10.000 E 20.000 LITROS, PARA AS GERÊNCIAS REGIONAIS DIRETORIA DA REGIÃO METROPOLITANA – DM "

1.3. Objetivos

1.3.1 - A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, na execução dos serviços para a CEDAE utilizar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam os melhores níveis de segurança, qualidade, continuidade e confiabilidade da prestação dos serviços de abastecimento de água através de caminhões pipa, bem como manter recursos humanos adequadamente habilitados.

1.3.2 - A CONTRATADA deverá obedecer na execução dos serviços, os prazos estipulados, bem como atingir metas de qualidade e segurança constantes neste ANS e no Termo de Referência.

1.4. Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

1.4.1 - Os critérios de medição dos serviços executados obedecerão às quantidades necessárias e unidades adotadas pelos Orçamentos constantes na planilha.

1.4.2 - Para cada medição será necessário "boleto" precedente de cada serviço, em papel timbrado da contratada, fazendo referência ao contrato, indicativo do local de atendimento, abastecimento, indicando ainda o início e término da jornada, devidamente assinado pelos responsáveis das respectivas áreas.

1.5. Comunicação

1.5.1 - As comunicações deverão ser realizadas por meio do protocolo situado na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ ou pelos e-mails dos fiscais no momento em que for designada a Comissão de Fiscalização.

1.6. Dos procedimentos de fiscalização do contrato

1.6.1 - A fiscalização do presente serviço será exercida através das Boletas de Serviço para a verificação in loco para avaliar a correta execução dos serviços e o tempo utilizado para o mesmo.

1.6.2 - Verificar se há o grau de domínio, dentro das normativas da CEDAE e das especificações técnicas, do executor para a realização dos serviços, o qual poderá ser afastado para reciclagem e/ou do contrato por conta da imperícia e/ou negligência e/ou imprudência.

1.6.3 - O Fiscal do contrato designado pela CEDAE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.

1.6.4 - Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos em um prazo de 3 (três) dias úteis.

1.6.5 - A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser enviada pela CEDAE por correio eletrônico.

1.6.6 - A notificação será enviada ao preposto da CONTRATADA, sendo que irá se presumir o recebimento pelo e-mail informado à Comissão de Fiscalização.

1.6.7 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço.

1.6.8 - Uma semana antes da apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

1.6.9 - A CONTRATADA, em posse das informações repassadas pelo Fiscal de Contrato, emitirá fatura, mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CEDAE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

1.6.10 - O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

1.6.11 - Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação

1.6.12 - Em caso de não acolhimento das razões da CONTRATADA, apresentada à Comissão de Fiscalização, o desconto na fatura será realizado.

1.7. Dos indicadores do nível do serviço prestado

1.7.1 - Cabe destacar que após o recebimento da Boleta de Serviço, a Contratada terá um prazo de até 72 (setenta e duas) horas para a realização do serviço, incluindo a entrega para Fiscalização proceder a baixa no sistema interno.

1.7.2 - Os caminhões deverão ser apresentados aos locais de atendimento nos horários previamente estabelecidos pela comissão de fiscalização. Atrasos sucessivos e persistentes na chegada do caminhão ao local de atendimento, serão observados e implicarão na aplicação de multas, que ocorrerão através dos descontos na fatura após a apuração do atraso por parte da comissão de fiscalização.

1.7.3 - As multas por atrasos iguais ou superiores a 02 (duas) horas, a partir do horário determinado pela CEDAE, implicarão em desconto na próxima fatura, onde será utilizado o valor da hora praticado no contrato multiplicado por duas (02) vezes. Exemplo: O caminhão pipa atrasou duas (02) horas, a CEDAE descontará quatro (04) horas na próxima fatura, ou deverão ser compensadas essas horas na mesma jornada em que ocorrer o atraso, desde que o chefe responsável pela unidade CEDAE contemplada por esse contrato indique a disponibilidade para eventual extensão de jornada em sua área de atuação.

1.7.4 - Os caminhões que apresentarem defeito deverão ser substituídos por outros em no máximo 2:00 horas, havendo o desconto das horas não trabalhadas. O caminhão substituto deverá ser da mesma capacidade, de forma que não ocorra interrupção no andamento dos serviços. Quanto à programação visual dos caminhões substitutos, os mesmos deverão ter no mínimo a logomarca da CEDAE aplicada nas portas e parte frontal da cabine, podendo ser em adesivo autocolante, imã ou qualquer outro material desde que seja fiel ao padrão fornecido pela CEDAE e seja facilmente identificável.

Tempo de execução	Pontuação por Caminhão
Atraso de até 02 horas	0,5
Atraso superior a 02 hora s	1,0
Caminhão parado sem substituição em até 2 horas	1,5
Caminhão parado sem substituição em até 1 dia	2,0
Caminhão parado sem substituição acima de 1 dia	2,5

1.8. Da faixa de ajuste no pagamento

1.8.1 - A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

Pontuação	Ajuste no pagamento
0,5 ponto	Desconto do valor da hora praticado no contrato, multiplicado por 2
1 ponto	Desconto do valor da hora praticado no contrato, multiplicado por 4





COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 23/10/2019

DESIGNA EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS, Agente Administrativo F, como Presidente, ALMIR MOURA SILVA, Agente de Sanamento C e PAULO MARCOS DOS REIS CHAGAS, Agente Administrativo F, como membros titulares e LEONARDO ABREU CANTO, Agente de Sanamento H, como membro suplente, Gerente do Contrato DAMIAO BARBOSA, Agente Administrativo F e CÉRES REGINA DE SANTA ROSA, Técnica Eletromecânica II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, ATRAVÉS DE CAMINHÃO PIPA, COM TANQUES COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 E 20.000 LITROS, PARA AS GERÊNCIAS REGIONAIS DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO METROPOLITANA - DM", de que trata o Processo nº E-07/100.595/2017, Ordem de Serviço P/IF nº 26.639-00/2019.

Id: 2217285

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 23/10/2019

PROCESSO Nº E-07/100.595/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 319/2019 - ADPR-31, realizado em 23/02/2019.

Id: 2217036

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEGOV/DGAF Nº 21 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

DESIGNA PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREÇÃO ELETRÔNICO PRESENCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora MARCELA ALVES DE SOUZA, Id. 4274528-7, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Pregoeiro da Comissão de Pregão Eletrônico e Presencial da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais (SEGOV), na forma da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, dos Decretos Estaduais nºs 31.863 e 31.864, ambos de 16.09.2002, do Decreto Estadual nº 42.301, de 12/02/2010 e da Resolução SEPLAG nº 429, de 11/01/2011, com prazo de mandato de 01 (um) ano, a contar da data da publicação no DOERJ.

Parágrafo Único - A servidora CRISTINA MARIA LYRIO DA SILVA, Id. 4324623-0, substituirá o Pregoeiro em eventuais impedimentos.

Art. 2º - Designar os servidores, abaixo, para compor a Equipe de Apoio.

MANUELA FONSECA E FRANCO SCHAEFER - Membro - Id: 4420843-0.

GABRIELLA LOUISE MIRANDA WHITE - Membro - Id: 4193460-1 e

FERNANDA BORBA RODRIGUES SOARES - Membro - Id.: 5094390-1.

Art. 3º - Da presente Resolução será dado imediato conhecimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Secretaria de Estado de Fazenda.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019

CLEITON DE SOUZA RODRIGUES
Secretário de Estado de Governo e Relações Institucionais

Id: 2217247

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

CONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA
DO RIO DE JANEIRO

ATA DO CONSELHO

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, às 15 horas e 30 minutos, na sala do Secretariado, 5º andar, Prédio Anexo, Palácio Guanabara, localizado a Rua Pinheiro Machado, s/nº - Laranjeiras, conforme publicação no Diário Oficial, deu-se início a reunião dos Membros do Conselho Consultivo da Região Metropolitana. De início, os presentes escolheram o Sr. Bernardo Santoro Pinto Machado, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Governador, para presidir a presente reunião. Assim, o senhor Presidente, após verificação do quórum mínimo para deliberar, declarou abertos os trabalhos e convidou o Sr. Maurício Knoploch para secretariar a reunião. Em seguida, o senhor secretário fez a leitura da ordem do dia, explanou sobre as atribuições do Conselho Consultivo em acordo com a Lei Complementar 184/2018 e retornou a palavra ao senhor Presidente que, em prosseguimento, deu as boas vindas aos presentes, manifestando a importância desse momento da retomada da Governança Metropolitana do Rio de Janeiro e a presença dos Conselheiros como representantes de suas entidades. A seguir o Sr. Presidente sugeriu a forma de eleição do Presidente e Vice-presidente do Conselho Consultivo e dos 3 (três) representantes da Sociedade Civil para comporem o Conselho Deliberativo. Para a obtenção dos indicados da Sociedade Civil a comporem o Conselho Deliberativo a metodologia será por voto aberto, por maioria simples, em cada segmento - 1 (um) do Setor Empresarial, 1 (um) dos Órgãos de Classe, Academia e ONGs e 1 (um) dos representantes dos segmentos sociais não contemplados anteriormente, conforme os incisos III, IV e V do Artigo 18 da Lei Complementar 184/2018. Para a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Consultivo, a forma de votação será em voto aberto, por chapa e em maioria simples. Após discussão e deliberação a sugestão do senhor Presidente foi acolhida por unanimidade dos presentes. Em continuidade, o senhor Presidente convocou os novos membros do Conselho Consultivo, indicados nos termos do inciso III do artigo 18 da Lei 184/2018, para eleger seu representante da sociedade civil junto ao Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, sendo eleito Sra. Dalle Anne Schmid do Amaral, Presidente da Comissão Especial de Sanamento, Recursos Hídricos e Gás encanado da OAB-RJ, por unanimidade de votos. Em seguida, o senhor Presidente convocou os novos membros do Conselho Consultivo, indicados nos termos do inciso V do artigo 18 da Lei 184/2018, para eleger seu representante da sociedade civil junto ao

Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, sendo eleito Sra. Yedda Christina Ching San Filizola Assunção, vice-presidente do Movimento Combate à Impunidade, por unanimidade de votos. O Sr. Mauro Osório ressaltou que na Lei 184/2018 que no Art. 18 as Reuniões do Conselho Consultivo poderão ter ouvintes que não participem do Conselho. A Sra. Mariana Ortiz pediu a palavra para comunicar a importância da participação plural da sociedade e representatividade dentro do Conselho. Por fim, o senhor Presidente convocou todos os membros para eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Consultivo da Região Metropolitana, na forma do artigo 18, da Lei Complementar 184/2018, apenas uma chapa foi apresentada e sem abstenções, os senhores Juarez Fialho, Secretário Estadual das Cidades, (Presidente) e Márcio Henrique Garcia Linares, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro (Vice-Presidente). Nada mais havendo a relatar, eu, Maurício Knoploch, ID 5098339-3 concluo a presente ATA às 16:00 horas para assinatura dos Conselheiros, conforme lista de presença anexa, constando esta como confirmação oficial de todos os presentes.

Id: 2217248

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 87 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSIONÁRIAS, CRIADO PELA PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 64, DE 26.06.2019.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8.566, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir os servidores FERNANDA BORBA RODRIGUES SOARES - ID. 5094390-1, BRENEY GONÇALVES PEREIRA - ID. 5035254-7, PAULO CESAR DUARTE OLIVEIRA, ID Funcional nº 5097744-9 e MARCELA ALVES DE SOUZA, ID Funcional nº 4274528-4, na Comissão de Fiscalização dos contratos firmados com esta Secretaria de Governo, sendo:

Oi Telemar Norte Leste S/A

Claro S/A

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Ampla Energia e Serviços S/A

Art. 2º - Designar os servidores GUSTAVO DE MELO HAMMES, ID Funcional nº 426819-9, DAVY CAMILO COELHO, ID Funcional nº 40835902 e RENATO FLORIANO CARVALHO, ID Funcional nº 4407051-9, para, sob a coordenação do primeiro, constituir a atual Comissão para atestar a execução dos serviços prestados pelas Concessionárias.

Art. 3º - Em eventual impedimento ou ausência de um dos fiscais, fica indicado como suplente o servidor IGOR ALEXSANDER GEORGE OLIVEIRA DO NASCIMENTO, ID Funcional nº 4095887-9.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de outubro de 2019, ficando revogada a Portaria SEGOV/DGAF nº 64, de 26/06/2019, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019

THIAGO PAULO RANGEL
Diretor-Geral de Administração e Finanças

Id: 2217304

PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 88 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO SEGOV Nº 002/2019, CRIADO PELA PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 65, DE 26.06.2019.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8.566/1993, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SEI-15/001002389/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir os servidores FERNANDA BORBA RODRIGUES SOARES - ID. 5094390-1, LOHANNA COSTA DE AQUINO - ID. 4460037-2, BRENEY GONÇALVES PEREIRA - ID. 5035254-7 e MARCELA ALVES DE SOUZA, ID Funcional nº 4274528-4, na Comissão de Fiscalização do Contrato nº 002/2019.

Art. 2º - Designar os servidores DIACOMO VINICIUS ANGIOLETTI - ID. 5105469-8, SOLANGE MONTEIRO FIORILO - ID. 5012633-4 e CAMILA FÁRIA DE LARA FROTES - ID. 4428888-2, para, sob a coordenação do primeiro, constituir a atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 002/2019.

Art. 3º - Em eventual impedimento ou ausência de um dos fiscais, fica indicado como suplente a servidora DAYSE NUNES DOS SANTOS, ID Funcional nº 976.456-4.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de outubro de 2019, ficando revogada a Portaria SEGOV/DGAF nº 65, de 25 de junho de 2019, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019

THIAGO PAULO RANGEL
Diretor-Geral de Administração e Finanças

Id: 2217305

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATOS DO SECRETÁRIO
DE 24.10.2019

REMOVE GUSTAVO SOARES PEREIRA ESPINHO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Identidade Funcional nº 4322974-3, da Auditoria Fiscal-Especializada de Petróleo e Combustível, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, para Auditoria Fiscal-Especializada de ITD, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da mesma Secretaria, com validade a contar de 15.10.2019, Processo nº SEI-04/196/000683/2019.

REMOVE JANE ROBERTA MARTINS PERDIGAO MARTIN, Auditor Fiscal da Receita Estadual 2ª Categoria, Identidade Funcional nº 4383905-3, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, para Auditoria Fiscal-Especializada de ITD, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da mesma Secretaria, com validade a contar de 01.07.2019, Processo nº SEI-04/196/000687/2019.

DESLOCA ANDRE COSTA CHAVES, Auditor Fiscal da Receita Estadual 2ª Categoria, Identidade Funcional nº 5018954-9, da Auditoria Fiscal Especializada de ITD, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, para Assessora de Projetos da Receita, da Subsecretaria de Estado de Receita, da mesma Secretaria, para prestar assessoramento aquele órgão no período de 01.10.2019 a 31.03.2020, Processo nº SEI-04/196/000683/2019.

Id: 2217309

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA Nº 265 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

FORNECE DADOS PARA O CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM CAFÉ CRU, NO PERÍODO DE 28 DE OUTUBRO A 03 DE NOVEMBRO DE 2019.

O SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Cláusula Segunda do Convênio ICMS 15/90, de 30 de maio de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 28 de outubro a 03 de novembro de 2019, em dólares, é a seguinte:

Valor da saca de 60 Kg em Dólar	
CAFÉ ARÁBICA	CAFÉ CONILLON
US\$ 119,5000	US\$ 74,5000

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019

EDUARDO DOS SANTOS MELO
Superintendente de Tributação

Id: 2217168

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRINTES
CONSELHO PLENO

Pauta de julgamento para a Sessão Ordinária do
Dia 06 de novembro de 2019, às 14h30min

Recurso nº 68.581 - Processo nº E-04/022/1821/2016 - Recorrente: LARTEX TECELAGEM LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko. Patrono: Roberto Moreno de Melo, OAB/RJ nº 138.260.

Recurso nº 68.665 - Processo nº E-04/022/1816/2016 - Recorrente: LARTEX TECELAGEM LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 68.669 - Processo nº E-04/022/1817/2016 - Recorrente: LARTEX TECELAGEM LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 68.670 - Processo nº E-04/022/1818/2016 - Recorrente: LARTEX TECELAGEM LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 68.671 - Processo nº E-04/022/1819/2016 - Recorrente: LARTEX TECELAGEM LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 68.672 - Processo nº E-04/022/1820/2016 - Recorrente: LARTEX TECELAGEM LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 67.114 - Processo nº E-04/038/000014/2015 - Recorrente: CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 71.103 - Processo nº E-04/038/000355/2017 - Recorrente: CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 71.153 - Processo nº E-04/038/000358/2017 - Recorrente: CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 71.140 - Processo nº E-04/038/000361/2017 - Recorrente: CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Charley Francisconi Velloso dos Santos - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 71.145 - Processo nº E-04/038/000356/2017 - Recorrente: CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Charley Francisconi Velloso dos Santos - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 71.154 - Processo nº E-04/038/000223/2016 - Recorrente: CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Charley Francisconi Velloso dos Santos - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

Recurso nº 71.142 - Processo nº E-04/038/000357/2017 - Recorrente: CHINVEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheira Gisela Pimenta Gadeña - Representante da Fazenda:

Recurso nº 68.611 - Processo nº E-04/111.585/2009 - Recorrente: LIK AUTO PEÇAS LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Nunes Ramos - Representante da Fazenda: Vera Lucia Kirdelko.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO MULTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS Nº 9912243863.

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT.

OBJETO: "CONTRATO MULTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS ENTRE A CE-DAE E ECT - COLETA, TRANSPORTE E ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA AGRUPADA COM TROCA DE MALOTES DANIFICADOS, TELEGRAMA VIA INTERNET".

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 216.115,55 (duzentos e dezesseis mil cento e quinze reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 22/10/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.317/2019 (Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019) (DPR).

Id: 2217115

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEADAE Nº 142/2019 (DRM).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a DESENTUPIDORA DESENTOP LTDA.

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 1.349.500,00 (um milhão, trezentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 22/10/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.304/2019 (Pregão Eletrônico nº 630/2019).

Id: 2217184

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEADAE Nº 145/2019 (DRM).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a JOSE RUBENS DO CARMELO DE BRITO FIGUEIREDO TRANSPORTADORA - ME.

OBJETO: "SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, ATRAVÉS DE CAMINHÃO PIPA, COM TANQUE COM CAPACIDADE DE 10.000 E 20.000 LITROS, PARA GERÊNCIAS REGIONAIS DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO METROPOLITANA-DM".

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 6.489.959,84 (seis milhões, quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 25/10/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.595/2017 (Pregão Eletrônico nº 519/2019).

Id: 2217266

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEADAE nº 095/2018 (DF).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a BAUMINAS QUÍMICA NINE LTDA.

OBJETO: Acréscimo em 5.000.000 kg (cinco milhões quilogramas) de sulfato de alumínio líquido, correspondente ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 3.350.000,00 (três milhões, trezentos e cinquenta mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.317/2017 - Pregão Eletrônico nº 313/2018.

Id: 2217179

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEADAE nº 097/2018 (DF).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a QUIMREAL - REAL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.

OBJETO: Acréscimo em 5.015.000 kg (cinco milhões e quinze mil quilogramas) de sulfato de alumínio líquido, correspondente ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 3.360.050,00 (três milhões, trezentos e sessenta mil e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.317/2017 - Pregão Eletrônico nº 313/2018.

Id: 2217186

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEADAE nº 095/2018 (DF).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: Acréscimo em 4.400.000 kg (quatro milhões e quatrocentos mil quilogramas) de sulfato de alumínio líquido, correspondente ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 2.726.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e oito mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.317/2017 - Pregão Eletrônico nº 313/2018.

Id: 2217181

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEADAE nº 095/2018 (DF).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: Acréscimo em 4.400.000 kg (quatro milhões e quatrocentos mil quilogramas) de sulfato de alumínio líquido, correspondente ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 2.726.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e oito mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.317/2017 - Pregão Eletrônico nº 313/2018.

Id: 2217186

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEADAE nº 095/2018 (DF).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: Acréscimo em 4.400.000 kg (quatro milhões e quatrocentos mil quilogramas) de sulfato de alumínio líquido, correspondente ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 2.726.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e oito mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.317/2017 - Pregão Eletrônico nº 313/2018.

Id: 2217186

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 638/2019 - ADPR-31

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETAS GUANDU E TAQUARA

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, a Errata 02, com as alterações efetuadas no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação teve sua data de realização adiada para o dia 09/11/2019, às 15:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2217054

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 029/2019.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa DEDETEC SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas - Desinfestação e Desratização - no imóvel ocupado pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, sito na rua Erasmo Braga, nº 118, Centro, Rio de Janeiro.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação.

VALOR: R\$ 4.190,00 (quatro mil cento e noventa reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016.

NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.39.12.

NOTA DE EMPENHO: 2019NE00423.

DATA DA ASSINATURA: 17/10/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº SEI-04/177/000350/2019.

REPUBLICADO por correção no original publicado no D.O. de 24/10/2019.

Id: 2217118

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 031/2019.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e LEONEL DE ALMEIDA BASTOS.

OBJETO: Locação do imóvel situado na Estrada Campos x Vitória, BR 101, KM 43 (SUL) - Travessa Campos de Goytacazes - Rio de Janeiro, com matrícula no RGI (FOLHA TALÃO) do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Campos de Goytacazes sob o nº 1343, com área de 3.738 m².

PRAZO: 30 (trinta) meses, contados a partir da data da publicação.

VALOR: R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016.

NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.36.16.

NOTA DE EMPENHO: 2019NE00429.

DATA DA ASSINATURA: 21/10/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº E-04/172/100081/2018.

Id: 2217119

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Constituição de Serviço Administrativo Oneroso, lavrado no LIVRO: S-01/SUBPA, Fls. 019 a 025, TERMO nº 03.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro e a Amplia Energia e Serviços S.A.

OBJETO: Constitui objeto deste Termo a prestação onerosa, com área total de 1.902,00m², constituída sobre o imóvel estadual denominado Fazenda Paraty-Mirim, localizado na Rodovia BR-101, KM 556, 2º Distrito do Município de Paraty/RJ.

DATA DA ASSINATURA: 25 de outubro de 2019. **PROCESSO Nº E-01/00379/2014.**

Id: 2217061

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AFR-10.01- CAMPOS DOS GOYTACAZES

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL DA AFR- 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais, comunica ao contribuinte, abaixo mencionado, a emissão da Intimação nº 417972-41/3.

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 79.581.151

RAZÃO SOCIAL: POSTO DO CANHAO LTDA ME

CNPJ Nº 10.381.590/0001-01

PROG. FISC. 04PROC

PERÍODO DE FISCALIZAÇÃO: 23/01/2012 a 24/02/2014

INTIMAÇÃO Nº 417972-41/3

Intimado a apresentar no prazo de 05 dias úteis:

Documentos Fiscais de Entrada
Documentos Fiscais de Saída
Registro de Entradas
Registro de Saídas
Registro de Inventário
Registro de Apuração de ICMS
Livro de Movimentação de Combustíveis
Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência

OUTRAS EXIGÊNCIAS

1) Apresentar PROCURAÇÃO c/ firma reconhecida pelo responsável na entrega da documentação à fiscalização, caso a entrega não seja feita pelo responsável (sócio) ou contador devidamente habilitados no cadastro desta Secretaria de Fazenda;

2) Apresentar os Recibos de Envio da Escrituração Fiscal Digital (SPED-EFD), em que conste o hash dos arquivos, referentes aos períodos: 23/01/2012 a 02/04/2014;

3) Apresentar Recibo de entrega dos Arquivos Magnéticos (SINTEGRA) referentes aos períodos: 23/01/2012 a 08/04/2014;

4) Conforme art. 35 do Decreto nº 27.427/00 (RICMS), os livros fiscais obrigatórios não digitais e ainda não autenticados, deverão ser apresentados juntamente com o Pedido de Autenticação, devidamente acompanhado do DARJ pago.

Id: 2217632

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - PETRÓPOLIS
AFR 39.01

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AFR 39.01 - PETRÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, vem notificar o contribuinte para, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados da publicação deste edital, atender a intimação nº 523811-11/2, que se encontra à disposição na sede da repartição fiscal, à Rua Paulo Barbosa nº 110, 2º e 3º andares - Centro - Petrópolis/RJ, por solicitação do Auditor Fiscal da Receita Estadual Hélio Rosa da Silva, ID 1.950.246-0.

Intimação: 523811-11/2

Empresa: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS CASEIROS JR LTDA

Endereço: RUA PERCILIANA RITA DE JESUS, nº 1000 - METRAN - SAPUCAIA - RJ

Inscrição Estadual: 79.706.612

Dual:

Id: 2217230

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DE DUQUE DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAIS

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - DUQUE DE CAXIAS - AFR 17.01, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento do contribuinte responsável pela firma abaixo citada, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data desta publicação. O processo encontra-se no setor Cadastro desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar, nº 383, 3º andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo nº	E-04/024/211/2019
Razão Social	LIJ EBENEZER COMERCIO DE EMBALAGENS E DESCARTAVEIS EIRELI
Inscrição Estadual	79.793.93-0
Assunto	Simple Nacional
Endereço	RUA DONA JOAQUINA 02 GALPÃO Rancho Novo - Nova Iguaçu - RJ - BRASIL - 26012-000

Processo nº	E-04/024/212/2019
Razão Social	ORTO RIO COMERCIO LTDA - ME
Inscrição Estadual	42.340.41-5
Assunto	Simple Nacional
Endereço	RUA IVAN VIGNE 80 LOJA 11 CENTRO - Nova Iguaçu - RJ - BRASIL - 26255-160

Processo nº	E-04/016/173/2019
Razão Social	DENTAL UNIVERSITARIA LTDA
Inscrição Estadual	36.375.26-5
Assunto	Simple Nacional
Endereço	RUA PROF JOSE DE SOUZA HERDY 1117 VINTE E CINCO DE AGOSTO - Duque de Caxias - RJ - BRASIL - 25000-000

Processo nº	E-04/024/207/2018
Razão Social	CHE VERDE PRODUTOS NATURAIS EIRELI
Inscrição Estadual	47.095.77-0
Assunto	Simple Nacional
Endereço	AVN ABILIO AUGUSTO TAVORA 1111 4026 DA LUZ - Nova Iguaçu - RJ - BRASIL - 26260-045

Processo nº	E-04/024/241/2019
Razão Social	RECUPERADORA CHRISTON DE MAQUINAS E COMERCIAL LTDA
Inscrição Estadual	76.097.63-1
Assunto	Simple Nacional
Endereço	RUA PROFESSOR HELENO CLAUDIO FRAGOSO 371 Moqueta - Nova Iguaçu - RJ - BRASIL - 26282-011

Processo nº	E-04/024/223/2019
Razão Social	BORGAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
Inscrição Estadual	35.189.41-7
Assunto	Simple Nacional
Endereço	RUA DAS MANGUEIRAS 08 Nova Piam - Belford Roxo - RJ - BRASIL - 26115-670

Processo nº	E-04/016/1024/2019
Razão Social	PABLO NERUDA AMARO COELHO
CPF	946.487.600-00